



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD

PUBLIC POLICIES OF INCLUSION IN FACE-TO-FACE EDUCATION AND EAD

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSIÓN EN EDUCACIÓN PRESENCIAL Y EAD

Ivani Schuster¹, Nelson José Thesing¹, Sergio Luis Allebrandt¹

e3122359

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i12.2359>

PUBLICADO: 12/2022

RESUMO

O estudo buscou analisar a educação inclusiva do século XXI e suas respectivas Políticas Públicas de Inclusão pela Educação a Distância. O processo está regrado por legislações específicas, que impulsionaram a necessidade de se reinventar, de certa forma, alguns acomodados, com prática permanece o desafio, se realmente cumpre o que está estabelecido em lei. Desta forma, objetivo geral do estudo é apresentar a educação especial e inclusiva, destacando as lutas pela inclusão social nos Currículos, especialmente para Educação Especial, na modalidade de Educação a Distância. Apresentar a importância da formação dos profissionais da educação para trabalhar com estratégias de ensino diferenciadas na visão do Currículo como ferramenta no processo de ensino/aprendizagem e trabalhar as necessidades educacionais especiais pelas estratégias que possam favorecer o conhecimento, a compreensão, a reflexão, a inclusão e a cidadania dentro das salas de aula, estimular a formação de cidadãos esclarecidos no tocante a essa temática e possibilitar o entendimento e conscientização das necessidades educacionais especiais, mais precisamente, incentivar paralelamente a inclusão e a cidadania no espaço escolar. O procedimento metodológico para elaborar o estudo foi desenvolvido pela pesquisa bibliográfica exploratória, consultas em livros, revistas, sites e trabalhos acadêmicos relacionados ao tema.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva. Políticas Públicas. Currículos.

ABSTRACT

The study sought to analyze the inclusive education of the 21st century and its respective Public Policies for Inclusion by Distance Education. The process is overlawed by specific legislation, which have driven the need to reinvent, in a certain way, some accommodated, with practice remains the challenge, if it really meets what is established in law. Thus, the general objective of the study is to present special and inclusive education, highlighting the struggles for social inclusion in curricula, especially for Special Education, in the modality of Distance Education. Present the importance of training education professionals to work with differentiated teaching strategies in the view of the Curriculum as a tool in the teaching/learning process and work on special educational needs for strategies that can favor knowledge, understanding, reflection, inclusion and citizenship within classrooms, stimulate the training of enlightened citizens regarding this theme and enable understanding and awareness special educational needs, more precisely, encourage inclusion and citizenship in the school space in parallel. The methodological procedure for preparing the study was developed by exploratory bibliographic research, consultations in books, journals, websites and academic papers related to the theme.

KEYWORDS: Inclusive education. Public policy. Resumes.

RESUMEN

El estudio buscó analizar la educación inclusiva del siglo 21 y sus respectivas Políticas Públicas para la Inclusión por Educación a Distancia. El proceso está anulado por legislaciones específicas, que han impulsado la necesidad de reinventar, de cierta manera, algunas acomodadas, con la práctica sigue siendo el desafío, si realmente cumple con lo establecido en la ley. Por lo tanto, el objetivo general del estudio es presentar la educación especial e inclusiva, destacando las luchas por la inclusión social en los planes de estudio, especialmente para la Educación Especial, en la modalidad de Educación a Distancia. Presentar la importancia de formar profesionales de la educación para trabajar con estrategias de enseñanza diferenciadas en la visión del Currículo como herramienta en el

¹ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD
Ivani Schuster, Nelson José Thesing, Sergio Luis Allebrandt

proceso de enseñanza/aprendizaje y trabajar en necesidades educativas especiales para estrategias que puedan favorecer el conocimiento, la comprensión, la reflexión, la inclusión y la ciudadanía dentro de las aulas, estimular la formación de ciudadanos ilustrados sobre este tema y posibilitar la comprensión y sensibilización. Las necesidades educativas especiales, más precisamente, fomentan la inclusión y la ciudadanía en el espacio escolar en paralelo. El procedimiento metodológico para la elaboración del estudio fue desarrollado por investigación bibliográfica exploratoria, consultas en libros, revistas, sitios web y trabajos académicos relacionados con el tema.

PALABRAS CLAVE: Educación inclusiva. Política pública. Currículos.

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca verificar as Políticas Públicas de inclusão na Educação a Distância (EaD), por ser um objeto de discursões por vários estudiosos e acadêmicos por ser de grande relevância para a sociedade. Portanto, justifica-se a escolha do tema e acreditar num processo de inclusão para sensibilizar o ser humano a se ver e se perceber como parte de um todo independentemente de suas características físicas e intelectuais, seja capaz de aprender e progredir em todos os sistemas de ensino.

O Artigo 208 da Constituição Federal estipula que o Estado é obrigado a garantir que “seja oferecido apoio educacional qualificado às pessoas com deficiência, preferencialmente no âmbito do sistema de educação formal”. Esta condição também está incluída no Artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, a inclusão de alunos com deficiência é um direito garantido e assegurando a frequentar a escola ter suas limitações atendidas da melhor forma possível. Esse processo na atual pandemia, fica explícito a grande desigualdade relacionada ao ensino por classe social, isto é principalmente para os alunos que mais necessitam da inclusão.

Diante disso, percebe-se que as instituições de ensino regulares ainda não estão devidamente preparadas para receber esse público e lidar com as famílias, passando segurança e oferecer atendimento de qualidade para que todos sintam confiança e liberdade de expressar. Dessa forma, o estudo apresenta como problema de pesquisa: De que maneira as instituições de ensino têm se posicionado para atender as particularidades em relação ao processo de ensino/aprendizagem dos alunos de inclusão no sistema EAD?

Supõe-se que as instituições educacionais se esforcem para atender às necessidades dos alunos inclusivos, mas ainda não há estrutura física e apoio educacional especial para eliminar essa limitação. O currículo precisa ser realmente adaptado para se tornar um moderador no processo educacional. O objetivo é chegar o mais próximo possível da realidade dos alunos em um espaço democrático com vistas à formulação de uma política pública de educação inclusiva de igualdade e participação para todos, que reconheça os direitos e as deficiências das pessoas com diversidade, inclusão e participação.

O objetivo geral é propor um estudo sobre educação especial e inclusiva, enfatizando a luta pela inclusão social, a discriminação na sociedade, a busca de alternativas de educação e a adequação de cursos para educadores especiais, principalmente a distância. Estratégias que podem promover conhecimento e compreensão. Reflexão, tolerância e cidadania nos cursos *online*;

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD
Ivani Schuster, Nelson José Thesing, Sergio Luis Allebrandt

apresentar a importância da formação de educadores para a utilização de estratégias de aprendizagem diferenciadas e propor uma visão da utilização dos cursos como ferramentas de ensino / aprendizagem.

A pesquisa é conduzida pelos estudos bibliográficos exploratórios em livros, *sites*, periódicos digitais e artigos acadêmicos. Envolve o estudo e a compreensão da história da educação especial, suas medidas educacionais e estratégias para os alunos com ou sem especialização. Educação com olhares previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que enfatiza sua implementação, exige que escolas, professores e comunidades estejam preparados o que permite apresentar o estudo com essa Introdução na sequência a Fundamentação Teórica, os Caminhos Metodológicos e as Considerações Finais.

2 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A trajetória histórica da Educação Especial é marcada por inúmeros fatos históricos que envolve sofrimento e abandono, por crenças, que alimentam a “perfeição da pessoa humana” que apresentam dificuldade em acreditar na capacidade cognitiva e desenvolvimento da pessoa deficiente.

Nesse sentido, Maria da Glória Gohn (2010), aponta diversos movimentos sociais que devem ser compreendidos e que requerem uma atenção especial pela sua complexidade um campo amplo e diversificado quanto numeroso.

Assim, a deficiência apresenta grandes desafios para ser aceita, as pessoas com deficiências eram vítimas das injustiças da sociedade. Eles eram vistos pela maioria como um mal contagioso e que deveriam ser eliminados. Porque fugia do normal. A sociedade sempre inculcava o respeito às regras e padrões estabelecidos por ela.

Em meados da década de 1970, as escolas regulares passaram a aceitar alunos com deficiência, conquistando espaço e o direito de aprender. Segundo Vidal e Faria Filho (2003), os cursos de pós-graduação começaram a surgir nas décadas de 1960 e início de 1970. A pesquisa educacional deu início a cada vez mais livros sobre a história da educação no Brasil.

Esse foi um período difícil e ao mesmo tempo contemplado por esperanças, pois as escolas não eram preparadas para receber esses alunos. Foram adequando fisicamente com o tempo e até hoje ainda não possuem infraestrutura adequadas para recebê-los.

É importante destacar que os próprios deficientes também enfrentam a dificuldade de não serem capazes de compreendê-los. Nesse sentido, a inclusão deve ser pautada por objetivos educacionais e possibilitar aos educandos o acesso ao conteúdo e sua aplicabilidade no cotidiano.

Para Glat (2005, p. 35) considera-se que:

No entanto, em que pese o crescente reconhecimento da Educação Inclusiva como norma prioritária de atendimento a alunos com necessidades educativas especiais, na prática esse modelo ainda não se configura em nosso país como uma proposta



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD
Ivani Schuster, Nelson José Thesing, Sergio Luis Allebrandt

educacional amplamente difundida e compartilhada. Embora nos últimos anos tenham sido desenvolvidas experiências promissoras, a grande maioria das redes de ensino carece das condições institucionais necessárias para sua viabilização.

A Declaração de Salamanca (199, p. 3) é um princípio fundamental de uma escola inclusiva, e todos devem aprender juntos. A educação inclusiva diz respeito a todos sem exceção, adaptando estilos e ritmos de aprendizagem e garantindo uma educação de qualidade para todos através de cursos adequados”. No Brasil, a educação inclusiva visa introduzir crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular com base na Constituição Federal de 1988, que garante igualdade para todos (art. 5º). Todas as pessoas devem ser protegidas e respeitadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. A violação desses direitos mina a dignidade moral de muitos outros direitos e dispõe que é crime recusar o ingresso em escolas públicas ou privadas por qualquer tipo de deficiência. O registro de pessoas com deficiência é punível com pena de prisão de 1 ano a anos. Ninguém deve ser privado do direito de aprender e desenvolver habilidades/potenciais. Os direitos humanos pertencem a todos, independentemente de raça, classe social, sexo, etnia, religião ou outros. A tolerância é uma prática social utilizada no trabalho, na arquitetura, no entretenimento na educação, na cultura, principalmente nas práticas sociais relacionadas à percepção das coisas pelas pessoas.

[...] há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual nem tudo deve ser diferente, [...] é preciso que tenhamos o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza (MANTOAN, 2012, *in site*).

É preciso saber que todo aluno está no centro dessa educação inclusiva, pois a Lei 12.976 / 13 se aplica tanto aos alunos que geralmente são o público-alvo da educação especial, quanto aos que não são esse público-alvo: “os alunos brancos, negros, de distintos gêneros, índios, homossexuais, heterossexuais etc.” (BRASIL, 2013).

Ou seja, aos seres humanos reais, com foco prioritário aos excluídos do processo educacional. De forma contraditória, a cultura atual, principalmente a ocidental, tenta moldá-los e “formá-los” como seres homogêneos. Como consequência, os que não se enquadram nos referidos padrões e segundo as regras de normalização forjadas socialmente, recebem vários adjetivos: “anormais”, “deficientes”, “incapazes”, “inválidos”, etc. (CAMARGO, 2017)

Portanto, o que é esperado de uma escola pública é que ela seja para todos e de qualidade, conforme doutrina a nossa Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, em seu artigo 205º, o qual dispõe, *in verbis*:

Art. 205º - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD
Ivani Schuster, Nelson José Thesing, Sergio Luis Allebrandt

Contudo, para se alcançar tais objetivos de uma escola comum e que efetivamente cumpram com os objetivos propostos na Constituição, as diretrizes específicas que tratam dessa modalidade de ensino são lançadas, como regramento legal, comandando os seus objetivos.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

Foi na década de 1990 que houve um fortalecimento do projeto neoliberalismo e, conseqüentemente o Estado mínimo prevalecendo os interesses econômicos na sociedade brasileira, regida por um sistema capitalista. Década essa na qual as reformas do Estado e da educação que ocorriam não contribuíram para a viabilização das políticas educacionais e das legislações promulgadas, elaboradas em meio a um processo conflituoso permeado por interesses antagônicos. Ao contrário, contribuíram para o modelo de economia capitalista e de interesses do mercado vigente no país, e que foram determinantes na elaboração dessas políticas. (BRASIL, 1996), que trata a educação infantil como o primeiro nível de ensino. Época fértil básica para discussões sobre políticas de educação infantil. Na década de 1990, tanto na academia quanto na pesquisa houve um debate sobre a educação, que se concretizou e fez com que as pessoas compreendessem as lutas da educação, seus objetivos e suas repercussões nos movimentos sociais.

Nesse sentido, segundo a autora Maria da Glória Gohn, são diversos os movimentos sociais que devem ser compreendidos e que requerem uma especial atenção pois são tão complexos diversificados quanto numerosos.

[...] os movimentos sociais são compreendidos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas de organização e de expressão das demandas da população.

Na atualidade apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Suas ações são pela sustentabilidade e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos (GOHN, 2010, p. 07).

Uma transformação da sociedade exige a junção de forças, pois, enquanto nossa sociedade for fundada no sistema capitalista, em que os meios de produção não estão de posse daqueles que produzem, a opressão continuará, e é por isso que os movimentos sociais expressam um clamor por justiça.

A LDBEN fortaleceu a Constituição e o ECA em diversos artigos, mas sua particularidade foi revisada em seu Art. 58 a 60 sobre Educação Inclusiva. O artigo 58.^o dispõe sobre a educação especial, salientando que se trata de uma modalidade de ensino superior ao normal, e prestando serviços de apoio disciplinar e em aulas ou escolas técnicas de acordo com a situação especial dos alunos. O estabelecimento desta educação especial é uma obrigação constitucional nacional, conforme sua redação:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD
Ivani Schuster, Nelson José Thesing, Sergio Luis Allebrandt

Art. 58º Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018) (BRASIL, 1996).

Ao regulamentar a educação com necessidades especiais, o Artigo 59, parágrafo I-V estipula que o sistema educacional deve levar em consideração os alunos com necessidades especiais:

Art. 59º Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Em continuação do artigo 59º, mas com base na Lei nº 13.234 de 29 de dezembro de 2015, em que determina a identificação, o cadastramento e o atendimento dos alunos com altas habilidades ou superdotação na educação básica e no ensino superior para que assim haja execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades dos alunos.

2.2 PROCESSO EDUCATIVO E A INCLUSÃO

O processo educativo deve ser entendido desta forma, que todas as crianças têm o direito de receber uma educação tão normal quanto possível, onde possam viver e aprender juntas sem preconceitos e sem capacidade de reconhecer e valorizar as diferenças. As escolas devem oferecer cursos que possam melhorar a função cognitiva e as habilidades e o potencial dos alunos.

Caberá a escola encontrar respostas para as necessidades específicas de cada aluno, quaisquer que sejam elas. A inclusão não admite diversificação pela segregação. Busca soluções sem segregar os alunos em atendimentos especializados ou modalidades especiais de ensino. Tende para uma especialização do ensino como um todo (p. 53).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD
Ivani Schuster, Nelson José Thesing, Sergio Luis Allebrandt

A essência de inclusão está sendo erroneamente interpretada pelo senso comum pois compreender, abranger, conter, abarcar, englobar, que se fazem sinônimos da primeira, o que demonstra não ser algo tão facilmente traduzido e que merece atenção pelos gestores educacionais e órgãos governamentais que operam sob regras das diretrizes variadas e mal gerida, em sua grande maioria é que ainda se diferem entre as instituições de ensino do país e o que configura a desigualdade social.

A inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características peculiares reconhecidas e valorizadas. Por isto, participam efetivamente. Segundo o referido paradigma, identidade, diferença e diversidade representam vantagens sociais que favorecem o surgimento e o estabelecimento de relações de solidariedade e de colaboração. Nos contextos sociais inclusivos, tais grupos não são passivos, respondendo à sua mudança e agindo sobre ela. Assim, em relação dialética com o objeto sociocultural, transformam-no e são transformados por ele (CAMARGO, 2017, p. 01).

Além dos princípios gerais da educação para a diversidade, os alunos com necessidades especiais por suas características ou condições podem necessitar de recursos diferenciados, conhecidos como necessidades educacionais especiais. Os alunos receberão suporte especializado e hoje há uma intensa busca de teoria e prática para um aprendizado de alta qualidade. Atualmente não basta construir programas que atendam às necessidades de todos os alunos, seja qual for o seu potencial para ter profissionais interessados, é preciso que eles sejam competentes para exercer a função. Dessa forma, as escolas devem ter propostas de programas capazes de ampliar o funcionamento cognitivo, as habilidades e o potencial dos alunos.

Segundo Werneck (1997), professores e administradores têm a responsabilidade de expandir o currículo e torná-lo mais flexível para se adaptar às diferenças dos alunos. Promover as mudanças necessárias para a formação desses alunos.

O trabalho docente com deficientes deve combinar estes dois aspectos, o profissional e o intelectual, e para isso se impõe o desenvolvimento da capacidade de reelaborar conhecimentos. Desta maneira, durante a formação inicial, outras competências precisam ser trabalhadas como elaboração, a definição, a reinterpretação de currículos e programas que propiciem a profissionalização, valorização e identificação docente (PIMENTA, 2002, p. 131-132).

Os facilitadores de aprendizagem são capacitados para desenvolver estratégias para despertar o interesse e a curiosidade dos alunos. Porque a busca de valores intelectuais e o reforço da pedagogia centrada no aluno não se limita ao conteúdo do programa aprovado em 12 de dezembro de 1996, o capítulo 5 é dedicado à educação em particular que descreve as deficiências. As pessoas são obrigadas a prestar mais atenção e aumentar a produtividade à educação. Assim para que a integração ocorra além da formação dos recursos humanos é necessário adequar o espaço escolar e os equipamentos e materiais didáticos. Às escolas devem apostar na promoção do desenvolvimento integral das pessoas, do seu potencial criativo e inovador.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD
Ivani Schuster, Nelson José Thesing, Sergio Luis Allebrandt

A educação é um processo contínuo que ocorre onde quer que as pessoas vivam e trabalhem, família, comunidade, cultura, mídia são alguns dos ambientes em que as pessoas aprendem e se educam. Porém na escola formal tem papel fundamental na educação das pessoas pois é o principal espaço para a socialização de conhecimentos valores e atitudes. E sua função é contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres, prontos para exercer plena e ativamente sua cidadania.

A educação é construída de conhecimentos, habilidades e sensibilidades humanas. É por meio da educação que ocorre o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas, a conquista de valores morais e estéticos, o despertar da solidariedade e a compreensão da diferença, onde a educação deve ser entendida como um processo longo realizado ao longo da vida como todos deve aprender a lidar com as mudanças que ocorrem no mundo.

[...] há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual nem tudo deve ser diferente, [...] é preciso que tenhamos o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza (MANTOAN, 2012, *in site*).

O que se precisa saber é que todo estudante é o foco nessa educação inclusiva, pois a Lei nº 12.976/13 estende aos alunos em geral como sendo o público-alvo da educação especial, e aqueles que não são público-alvo dessa modalidade de ensino: “os alunos brancos, negros, de distintos gêneros, índios, homossexuais, heterossexuais etc.” (BRASIL, 2013).

Ou seja, aos seres humanos reais, com foco prioritário aos excluídos do processo educacional. De forma contraditória, a cultura atual, principalmente a ocidental, tenta moldá-los e “formá-los” como seres homogêneos. Como consequência, os que não se enquadram nos referidos padrões e segundo as regras de normalização forjadas socialmente, recebem vários adjetivos: “anormais”, “deficientes”, “incapazes”, “inválidos” etc. (CAMARGO, 2017, p. 06).

Portanto, de acordo com nossa Constituição da República Federal do Brasil (CRFB) de 1988 para o ensino em seu Artigo 205, espera-se que as escolas públicas sejam acessíveis e de alta qualidade, devendo ser de alta qualidade e acessíveis a todos, *in verbis*:

Art. 205º - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Contudo, para se alcançar tais objetivos de uma escola comum e que efetivamente cumpram com os objetivos propostos na Constituição as diretrizes específicas que tratam dessa modalidade de ensino são lançadas como regramento legal comandando os seus objetivos.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD
Ivani Schuster, Nelson José Thesing, Sergio Luis Allebrandt

Incluir é uma prática social aplicada no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, e principalmente, na atitude ao perceber as coisas de outrem. Para se ter uma metodologia com materiais e processos de comunicação na área educacional, deve-se ter o trabalho com identidade, diferença e diversidade de forma central para tal construção a qual deve dar conta em atender o que é comum e o que é específico entre os estudantes.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realiza pesquisas para o Brasil, e todos os anos faz um Censo Escolar, para analisar como ocorreram as evoluções esperadas pelos planos de ação delimitados pelo governo, bem como observar o andamento do sistema de ensino.

No glossário do último censo realizado no ano de 2018, se obteve a definição de Atendimento Educacional Especializado (AEE):

Atendimento Educacional Especializado (AEE) – Serviço da educação especial que organiza atividades com recursos pedagógicos e de acessibilidade, de forma complementar ou suplementar à escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação, matriculados nas classes comuns do ensino regular, com o objetivo de garantir condições de acesso, participação e aprendizagem. Esse serviço, instituído pelo projeto político-pedagógico da escola, é realizado prioritariamente na sala de recursos multifuncionais, individualmente ou em pequenos grupos, em horário distinto do horário da escolarização em sala de aula comum. As opções disponíveis são: Exclusivamente – a escola oferece apenas AEE; não exclusivamente – além de oferecer AEE, a escola também oferece escolarização e/ou atividade complementar; não oferece – a escola não oferece AEE. (INEP, 2019, p. 61).

O mesmo documento conceitua ainda uma das ações governamentais importantes para as políticas públicas aplicadas, que é o Plano Nacional de Educação (PNE):

Plano Nacional de Educação (PNE) – Meta 04 – Universalizar, para a população de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas com recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (INEP, 2019 p. 65).

O MEC é responsável por formular o conceito de escolas especiais visando à educação inclusiva de acordo com o artigo 4º do CRFB (BRASIL, 1988). Portanto, o MEC entende que os serviços de AEE são para alunos com deficiência, alunos com deficiência de desenvolvimento em todo o mundo e indivíduos altamente qualificados ou dotados. Segundo o ministério este serviço pode ser prestado, complementado ou complementado em salas de aula, escolas ou serviços profissionais ensine aqueles que costumam fazer cursos de educação geral.

2.3 VISÕES SOBRE O CURRÍCULO

A implantação da educação inclusiva no Brasil ainda está em andamento e exige muitos desafios, adaptações, aprendizados, compromissos e iniciativas para torná-la realidade e oportunizar uma educação de qualidade.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD
Ivani Schuster, Nelson José Thesing, Sergio Luis Allebrandt

Por isso, antes da aprovação da lei que introduzia a educação inclusiva tínhamos uma escola regular e uma escola especial. Elas eram separadas, mas a educação inclusiva não permitia mais essa separação. Embora esse tipo de educação seja dentro da escola e ela promove a diversidade, coexistência e compreensão.

O relatório apresentado pela Comissão Internacional para a Educação no Século 21 à UNESCO apresenta quatro pilares que a educação deve estabelecer: O primeiro pilar da educação é a compreensão mútua ou seja adquirir conhecimento, compreender o comportamento e descobrir a relevância da criação. ... E construir novamente com o tempo. Isso é entendido como abertura a outras línguas e outros conhecimentos. Aprender é a capacidade de aprender e aproveitando as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

Aprender a fazer está ligado à formação profissional na construção em que abrange qualificação, competência e trabalho em equipe. Quando aprendemos ensinamos ao mesmo tempo pois afinal somos todos aprendizes o importante é não parar de aprender e buscar novos conhecimentos prepara-se com cuidados torna-se cada vez mais forte mais importante devido ao desenvolvimento profissional, ou seja, uma pessoa apta a enfrentar inúmeras situações, seja social ou de trabalho.

Portanto, aprendizagem é parte da vida pessoal e deve sempre evoluir para não se tornar apenas mera transmissão de práticas rotineiras e sim práticas formativas que constituem qualidades que juntem ao saber e ao saber-fazer.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

A trilha estratégica dos caminhos metodológicos do presente estudo são construídas por teorias, construções textuais, material escrito, digital entre outros, que contribuem nas abordagens teóricas, de forma qualitativa, com discussões feitas por vários autores sobre a temática servindo como orientação e como embasamento para os pesquisadores entenderem a pesquisa e soma na descrição do objeto de estudo. A fim de compreender os caminhos metodológicos dessa pesquisa, é importante considerar as teorias que orientam o estudo. Dessa maneira, é possível situar a pesquisa dentro de um campo específico de conhecimento e compreender como as teorias escolhidas podem contribuir para a compreensão do fenômeno em estudo. Além disso as construções textuais tais como artigos noticiosos, livros e material digital podem fornecer valiosos *insights* sobre como diferentes os atores percebem e compreendem as práticas sociais.

Analisando essas fontes, os pesquisadores podem obter uma melhor compreensão do tema da pesquisa e desenvolver uma compreensão mais abrangente do fenômeno em estudo. Onde a família é o primeiro agente de socialização e, portanto, de inclusão ou exclusão de indivíduos. A escola é o segundo agente importante nesse processo. Ela é na escola que os indivíduos aprendem a conviver com os outros e a seguir regras e a desenvolver seu potencial. A situação problemática é caracterizada pela pouca articulação de teoria e prática no campo da Educação Especial, com ênfase na Educação Inclusiva. É essencial compreender que a dinâmica da inclusão social está ligada a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD
Ivani Schuster, Nelson José Thesing, Sergio Luis Allebrandt

aspectos que permeiam todas as áreas do desenvolvimento humano tais como: desenho universal dos ambientes educacionais e acessibilidade; organização curricular; flexibilidade e diversidade na educação especial serviços; treinamento de profissionais e a participação ativa das famílias.

É essencial ter uma visão crítica e reflexiva sobre a educação das pessoas com deficiência, a fim de garantir a expansão e consolidação do processo inclusivo. Nesse sentido, vale mencionar que a pesquisa é justificada pela necessidade de contribuir para a expansão e consolidação da Educação Inclusiva. Quando pensamos em Educação Inclusiva nos deparamos com uma tarefa complexa e desafiadora, que é a de incorporar todas as crianças na mesma instituição educacional, buscando igualdade de oportunidades. A educação inclusiva é um processo que deve ser acompanhado por vários agentes que trabalham em conjunto para proporcionar educação de qualidade para cada estudante. É importante ter uma atenção especial quando pensamos em organização e flexibilidade curricular.

Nesse sentido, é essencial que a escola ofereça um currículo diferenciado, de acordo com as necessidades de cada aluno, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade é essencial compreender a dinâmica da inclusão social e como ela está ligada a aspectos que permeiam todas as áreas do desenvolvimento humano.

Essa pesquisa procura contribuir para esse entendimento, investigando problemas relacionados com o processo de pessoas portadoras de deficiência no contexto da educação e em particular esse estudo se concentrará na questão do desenho e implementação de currículos em ambientes educacionais inclusivos. Dada a falta de articulação entre teoria e prática no campo da educação especial, é essencial examinar como diferentes abordagens ao currículo podem apoiar ou dificultar a inclusão de todos os estudantes. Essa pesquisa empregará uma metodologia descritiva apoiando-se tanto em fontes bibliográficas quanto em fontes documentais. A compreender melhor os desafios e oportunidades relacionadas ao currículo na educação inclusiva e este estudo espera contribuir para práticas educacionais mais eficazes e equitativas para todos os estudantes e com serviços na participação social; cidadania e direitos humanos.

A pesquisa procura compreender problemas relacionados com o processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência, levando em conta o currículo. Nesse sentido, o estudo conta com a metodologia de Gil (2008), que contempla a pesquisa descritiva do objeto de estudo que envolve uma pesquisa bibliográfica portanto entende-se que estudos bibliográficos são elaborados pelo material publicado principalmente de livros, artigos e material disponibilizado na internet. Para Gil (2002), as pesquisas bibliográficas contemplam uma base de estudos já elaborados entre eles os livros e artigos científicos. Já a pesquisa documental faz uso de material que não recebeu tratamento analítico ou que pode ser reelaborado em função dos objetivos da pesquisa (documentos oficiais, reportagens de jornal, contratos, relatórios de empresas).

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD
Ivani Schuster, Nelson José Thesing, Sergio Luis Allebrandt

recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002, p. 45).

Para realizar uma análise de conteúdo, ou seja, compreender a trajetória da inclusão social no ambiente escolar na sociedade pelas Políticas Públicas e nos currículos para auferir significação aos dados coletados segue-se Bardin (2011). Assim na análise de conteúdo que foram os tratamentos dos resultados obtidos nos referencias teóricos e documentais. A inclusão social dos indivíduos é um processo que ocorre ao longo de suas vidas. Ela começa na família e é continuada no ambiente escolar na sociedade por Políticas Públicas e nos Currículos. O objetivo deste estudo foi o de compreender a trajetória da inclusão social, a partir de uma perspectiva antropológica.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na legislação nacional, a educação especial agora tem seu próprio capítulo (Capítulo 5) pela primeira vez. A análise do artigo 58, do artigo 59 e do artigo 60 do capítulo anterior mostra que se um país cumprir integralmente seus regulamentos, passará a ser a referência no modelo de educação inclusiva o acesso às diversas modalidades de ensino e a educação de jovens e adultos e inclusive aos cursos de educação profissional", embora a Lei seja clara quanto aos direitos das pessoas com deficiência e as responsabilidades das escolas e a realidade é que muitas vezes esses direitos não são respeitados. em 2014, apenas 37,7% das pessoas com deficiência no Brasil estavam matriculadas em escolas regulares.

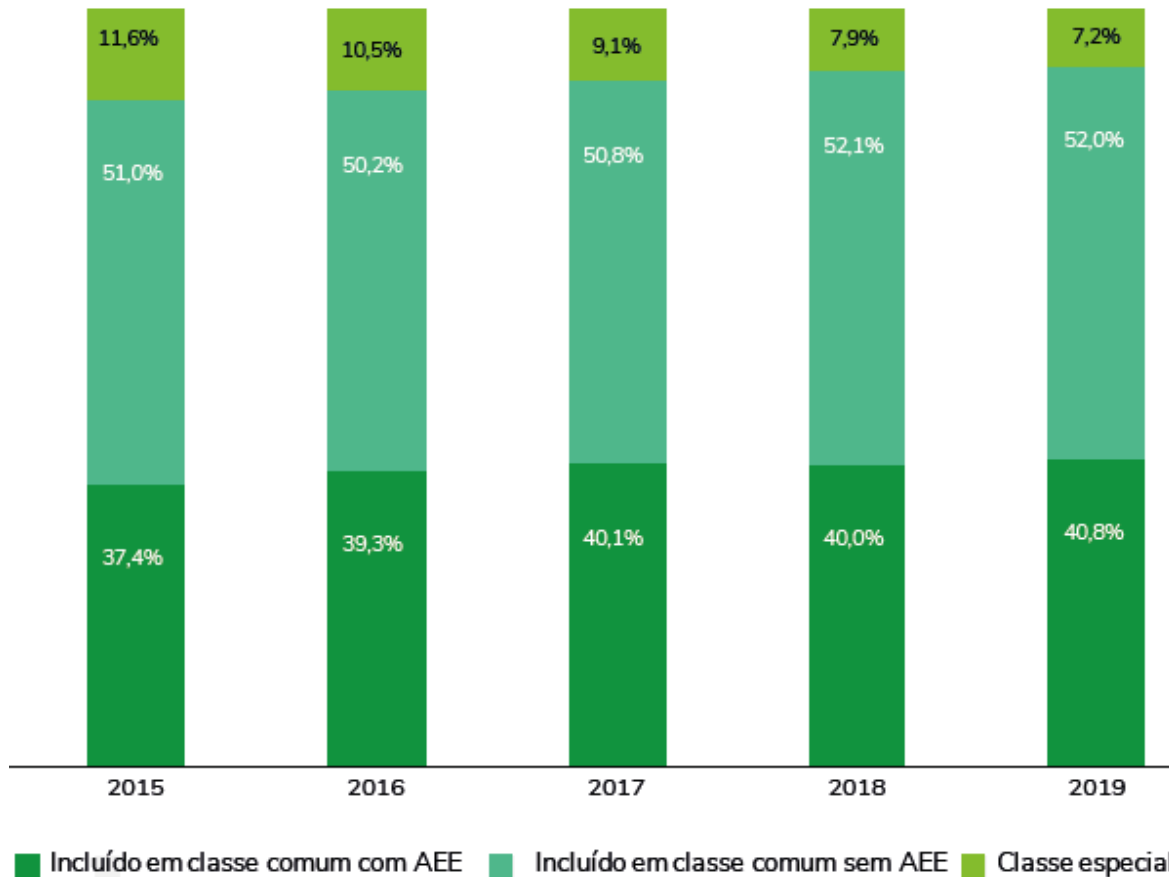
Destaca-se aqui o Plano Nacional de Educação (PNE), cuja Meta 4 se refere à educação especial inclusiva para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades/superdotação. Observando o gráfico abaixo, verifica-se que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classe comum aumentou gradativamente ao longo dos anos. Em 2015, o percentual de alunos incluídos era de 88,4% e, em 2019, passou para 92,8%. Além disso, considerando a mesma população de 4 a 17 anos, verifica-se que o percentual de alunos que estão incluídos em classe comum e que têm acesso às turmas de atendimento educacional especializado (AEE) também cresceu no período, passando de 37,4% em 2015 para 40,8% em 2019 (Figura 1).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD
Ivani Schuster, Nelson José Thesing, Sergio Luis Allebrandt

Figura 1 - Percentual de alunos incluídos



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica 2020 (MEC, 2020).

Isso significa que a maioria das pessoas com deficiência no Brasil não está recebendo a educação especializada que tem direito. Além disso, muitas vezes as pessoas com deficiência são excluídas das escolas regulares porque as escolas não estão preparadas para atendê-las.

A falta de acesso à educação especializada e às escolas regulares pode ter consequências graves para as pessoas com deficiência. Sem acesso à educação, muitas pessoas com deficiência ficam impedidas de desenvolver suas habilidades e potencialidades. Além disso, a falta de acesso à educação pode levar à exclusão social dessas pessoas é um importante passo para garantir o direito das pessoas com deficiência à educação especializada. No entanto, é necessário que as escolas cumpram a lei e que as pessoas com deficiência tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais que as demais pessoas.

O Projeto tem uma importante contribuição no sentido de ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola, criar um clima, um *ethos* onde professores e equipe se sintam responsáveis por aquilo que lá acontece, inclusive em relação ao desenvolvimento dos alunos. De certa forma, é o Projeto que vai articular, no interior da escola, a tensa vivência da descentralização e, através disto, permitir o diálogo consistente e fecundo com a comunidade e com os órgãos dirigentes.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD
Ivani Schuster, Nelson José Thesing, Sergio Luis Allebrandt

Diante disso, constatou-se que no período histórico da Antiguidade Clássica houve as primeiras formas de tratamento desumano às pessoas com deficiência, como práticas de abandonos. Dessa forma, séculos passados, todas as crianças que nasciam com alguma deficiência visível eram de fato condenada à morte por apresentarem riscos à sociedade e custos sociais. Portanto, não houve preocupação com os sentimentos e valores humanos, mas com os gastos e a inutilidade da mão de obra inservível. Nesta ocasião não houve ações voltadas para essas pessoas. Nunca foi pensando ou se quer discutido práticas que coibissem esse tipo de atitude.

Em Atenas, também existia o costume de deixar sobreviver apenas crianças fortes e saudáveis, mas essa decisão é dos pais, não do país cristão. De acordo com os novos valores, presume-se que todas as pessoas são iguais, então todos deveriam ser aceitos e amados. Felizmente isso não é mais o caso na maior parte do mundo. As pessoas com deficiência são agora vistas como membros valiosos da sociedade que merecem os mesmos direitos e oportunidades que todos os outros. Existem leis e políticas em vigor para proteger seus direitos e há muitas organizações dedicadas a ajudá-los a viver uma vida plena e gratificante. Apesar desses avanços, no entanto muito trabalho ainda precisa ser feito. As pessoas com deficiência continuam a enfrentar discriminação e exclusão em muitas áreas da vida. Eles geralmente têm dificuldade de acesso à educação, emprego e saúde, e correm maior risco de pobreza e violência.

É importante lembrar que todos merecem ser tratados com dignidade e respeito independentemente de suas habilidades. Todos nós temos um papel a desempenhar para garantir que as pessoas com deficiência possam levar a vida que desejam. Podemos começar garantindo que somos inclusivos e acolhedores para todos independentemente de suas origens ou circunstâncias. Nessa época os deficientes foram acolhidos pela igreja, num ato de caridade e amor. Entretanto, foi também à própria doutrina Cristã que inculcou entre seus fiéis a exclusão alegando que carregavam o pecado dos pais.

Como diz Gadotti e Romão (1997, p. 47):

A autonomia se refere à criação de novas relações sociais, que se opõem às relações autoritárias existentes. Autonomia é o oposto de uniformização. Autonomia admite a diferença e, por isso, supõe a parceria. Só a igualdade na diferença e a parceria são capazes de criar. Por isso, escola autônoma não significa escola isolada, mas em constante intercâmbio com a sociedade.

Ao falar de inclusão desses deficientes sem analisar o tipo de relação que as pessoas de um modo geral estabelecem com eles e os fatores psicológicos, históricos e sociológicos que influenciam nessa relação. Um dos principais obstáculos para a inclusão de pessoas com deficiência é a falta de conhecimento e compreensão sobre sua condição. Essa falta de conhecimento muitas vezes leva ao medo, preconceito e discriminação. Por exemplo, muitas pessoas acreditam que as pessoas com deficiência não são capazes de levar uma vida normal ou ser membros produtivos da sociedade.

Com o apoio e as oportunidades certas, as pessoas com deficiência podem levar uma vida plena e produtiva. De fato, muitas pessoas com deficiência conseguiram grandes feitos apesar de sua condição. No entanto, a realidade é que a maioria das pessoas com deficiência não tem acesso às



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD
Ivani Schuster, Nelson José Thesing, Sergio Luis Allebrandt

mesmas oportunidades que as pessoas sem deficiência. Muitas vezes, isso se deve ao fato de enfrentarem muitas dificuldades no dia a dia, como falta de transporte prédios inacessíveis e uma falta geral de conscientização sobre seus direitos e necessidades.

Nos últimos anos tem havido um foco crescente na inclusão de pessoas com deficiência em todos os aspectos da sociedade. Cada vez mais países estão ratificando a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que é um forte compromisso internacional com a plena inclusão das pessoas com deficiência. Ainda há um longo caminho a percorrer antes que seja possível dizer que as pessoas com deficiência estão realmente incluídas em todos os aspectos da sociedade. No entanto, o progresso que foi feito até agora nos dá esperança de um futuro mais inclusivo.

Quanto à discussão sobre inclusão, as pessoas com deficiência evocam certos sentimentos. Um deles é como pessoas diferentes perturbam a sociedade, porque não sabemos como lidar com elas, não sabemos o que esperar delas em todas as culturas e a maioria das pessoas tem muito poucas oportunidades de interagir com pessoas com deficiência. O contato com essas pessoas costuma se limitar aos familiares e aos profissionais que trabalham com elas e a outras pessoas com a mesma deficiência, não havendo incentivo para mudança de cargo. Uma vez em uma situação social e seu comportamento permanecerá o mesmo. Isso fortaleceu ainda mais a noção preconcebida de sua personalidade e justificou esse isolamento.

A inclusão promove a diversidade social, ao invés de garantir o acesso dos alunos às instituições de ensino, mas tentando remover as barreiras que restringem a aprendizagem e promover a participação de professores e alunos no processo educacional. A inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares é um processo bastante complexo, pois envolve uma série de fatores que precisam ser considerados, como a infraestrutura da escola e a formação dos professores e o perfil dos alunos.

No entanto, é importante lembrar que a inclusão não se trata apenas de um processo educacional, mas também de uma questão social, política e cultural. A inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares representa um desafio para toda a sociedade, pois envolve a mudança de paradigmas e a superação de preconceitos. É importante ressaltar que a inclusão não deve ser vista como um problema, mas sim como uma oportunidade para todos os envolvidos no processo educacional. A inclusão é um processo complexo que envolve a mudança de atitudes e comportamentos, além da criação de novas formas de pensar e agir.

Atualmente, as escolas regulares recebem os alunos independentemente das diferenças físicas e/ou intelectuais, pois são poucas as Escolas Especiais. Observa-se que com o movimento da Educação Inclusiva, há um grande temor por parte das famílias em relação ao fim das escolas especiais, pois as instituições de ensino e os professores não estão preparados para atender alunos com deficiência, devido a problemas de infraestrutura e profissionais. treinamento da equipe. É fundamental que a escola regular esteja preparada para receber todos os alunos, mas para isso é necessário que o governo invista na melhoria da infraestrutura e na formação dos profissionais.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD
Ivani Schuster, Nelson José Thesing, Sergio Luis Allebrandt

A escola regular precisa estar preparada para atender as necessidades de todos os alunos independentemente de suas diferenças. Para que o aluno com deficiência tenha acesso à educação de qualidade, é fundamental que a escola tenha profissionais bem capacitados e infraestrutura adequada. Quando essas condições são atendidas, o aluno pode ter plena inclusão no processo educacional. Vale ressaltar que a educação inclusiva é um direito de todos os alunos, independentemente de suas diferenças. Nesse sentido não é apenas responsabilidade da escola, mas também da família e da sociedade como um todo promover a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre o processo de Educação a Distância, especialmente a atenção à inclusão social, permite identificar que, além das conquistas das pessoas com necessidades especiais, há grandes desafios a serem enfrentados pela sociedade e pelas políticas públicas. Neste contexto, é fundamental investir em propostas que permitam a todos os indivíduos o acesso a uma educação de qualidade independentemente das suas limitações físicas cognitivas ou sociais.

Os alunos com necessidades especiais enfrentam muitos desafios no sistema educacional. Além das dificuldades inerentes à sua condição, precisam de apoio extra para poder acompanhar as aulas e acompanhar seus pares. Quando se trata de Educação a Distância essas dificuldades podem ser ainda maiores pois precisam ter um certo grau de autonomia para poder acompanhar as aulas.

Por isso, é fundamental que os cursos de Educação a Distância sejam pensados de forma inclusiva, levando em consideração as necessidades desses alunos. Dessa forma, eles podem ter acesso a uma educação de qualidade e poder desenvolver plenamente seu potencial.

Um dos principais desafios dos cursos de Educação a Distância é garantir que sejam acessíveis a todos os alunos, independentemente de suas limitações físicas, cognitivas ou sociais. Para isso, é necessário investir em propostas que levem em consideração as necessidades específicas de cada aluno.

Nesse contexto, o uso de recursos tecnológicos pode ser um grande aliado no processo de inclusão. Essas ferramentas podem ajudar a tornar as aulas mais acessíveis e permitir que todos os alunos acompanhem o conteúdo do curso de forma adequada.

No entanto, é importante destacar que o uso da tecnologia não é suficiente para garantir a inclusão de alunos com necessidades especiais nos cursos de Educação a Distância. Também é essencial contar com professores qualificados e capazes de adaptar o conteúdo das aulas às necessidades específicas de cada aluno.

Significa um longo caminho de lutar pelos espaços que ainda precisam ser conquistados, o que instiga a busca do conhecimento nos fatores sociais de impacto sobre essa realidade que durante décadas fazem parte da trajetória dos deficientes. Esses fatos tristes apenas fortalecem as lutas dessas pessoas que não estão mais abandonadas e segregadas. A sociedade necessita aprender respeitá-las, promovendo a inclusão social pela conquista das políticas Públicas. Embora nas últimas décadas tenham ocorrido progressos consideráveis em relação aos direitos das pessoas



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD
Ivani Schuster, Nelson José Thesing, Sergio Luis Allebrandt

com deficiência, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir sua plena inclusão na sociedade. Isso significa lutar pelos espaços que ainda precisam ser conquistados e buscar conhecimento sobre os fatores sociais que impactam essa realidade. Esses fatores fazem parte da vivência das pessoas com deficiência há décadas e suas lutas só foram fortalecidas por esses tristes fatos. A sociedade precisa aprender a respeitá-los e promover a inclusão social, por meio da implementação de políticas públicas. A inclusão de pessoas com deficiência na sociedade não é somente um direito delas, mas também uma responsabilidade de todos. A partir do momento em que há uma conscientização dos direitos desses grupos, é possível trabalhar para uma mudança de comportamento da sociedade como um todo, mas como uma necessidade. Elas precisam ter acesso a todos os espaços da sociedade, seja na educação, no trabalho nos lazeres etc. A inclusão social é um processo contínuo que deve ir além da acessibilidade física considerando também as diferenças culturais e de linguagem.

O processo de inclusão social das pessoas com deficiência é complexo e envolve vários atores. É importante que haja uma articulação entre as diversas áreas do conhecimento para que se possa criar um ambiente propício à inclusão. Além disso, é preciso o envolvimento de toda a sociedade, para que as pessoas com deficiência possam ter acesso a todos os espaços sociais. Portanto, a sociedade possui um papel importante na luta contra a discriminação social dos deficientes sejam incorporados nas diversas atividades para que sejam ativos na construção de conhecimentos e utilizar todas as possibilidades possíveis para acesso ao conhecimento presencial especialmente criando condições para a EAD. É necessário conscientizar as pessoas que as diferenças são normais, assim como a necessidade de um processo inclusivo em todas as dimensões da sociedade.

Consequentemente, a Inclusão escolar, além de acolher todas as pessoas no sistema de ensino independentemente de cor, classe social e condições físicas e sociais, é, também, a conquista das condições estruturais e humanas para que possam aprender. Desta forma, é sabido que a inclusão social nem sempre acontece de um modo fácil, já que alguns encontram dificuldades em aceitar as diferenças, mas é possível, pela conscientização, abrir caminhos para que o processo de inclusão ocorra de forma efetiva, cumprindo o regramento oficial.

Concluindo, é fundamental investir em propostas inclusivas que levem em conta as necessidades dos alunos com necessidades especiais. Só assim poderão ter acesso a uma educação de qualidade e desenvolver plenamente o seu potencial. Faz-se necessário realizar pesquisas no processo de inclusão social, especialmente no campo das pessoas com deficiência, o cumprimento do Estatuto da Pessoa com Deficiência em um país com enormes desigualdades sociais. É essencial ter uma sociedade mais inclusiva, onde as pessoas com deficiência tenham os mesmos direitos e oportunidades que todos os demais. Para conseguir isso, é necessário fazer pesquisas no campo da inclusão social, especialmente no que se refere às pessoas portadoras de deficiência. Essa pesquisa ajudará a determinar as melhores maneiras de assegurar que as pessoas com deficiências sejam capazes de ter acesso a uma educação de qualidade e a desenvolver plenamente seu potencial.

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD
 Ivani Schuster, Nelson José Thesing, Sergio Luis Allebrandt

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Ed. Cortez, 1990.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96**. Brasília: LDB, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990**. Brasília: Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.
- CABRAL, L. S. Processos psicolinguísticos de leitura e a criança. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 7-20, 1986.
- CAGLIARI, Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Ed. Scipione, 1996.
- CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciências Educação**, Bauru, v. 23, n. 01, p. 01-06, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v23n1/15167%20313-%20ciedu-23-01-0001.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artmed, 1994.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- GADOTTI, M.; ROMÃO, J. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.
- GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 17. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. 522 p.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GLAT, Rosana. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.
- GLAT, Rosana. **Educação Especial: A integração Social dos portadores de deficiência, uma reflexão**. 2. ed. São Paulo: Ed. Eletrônica, 1998. Vol. I.
- MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200008>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- MANTOAN, M. T. H. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Senac, 1997.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Escolar: Comum ou Especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1996.
- MENEGASSI, Renilson José. Compreensão e interpretação no processo de leitura: noções básicas ao professor. **Revista UNIMAR**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 85-94, 1995.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E EAD
 Ivani Schuster, Nelson José Thesing, Sergio Luis Allebrandt

MENEGASSI, Renilson José; CALCIOLARI, Angela Cristina. A leitura no vestibular: a primazia da compreensão legitimada na prova de Língua Portuguesa. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 24, n. 1, p. 81-90, 2002.

MESZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 55.

PALO, Maria José; OLIVEIRA, Maria Rosa D. **Literatura Infantil**: voz de criança. 3. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

PESSOA, Gustavo Pereira; COSTA, Fernanda de Jesus. Technological Pedagogical Content Knowledge (TPACK) no ensino de Ciências: qual é a possibilidade. Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), 2015. *In: Anais...* do ENPEC, 2015.

PIMENTA, S.; ANASTASIOU, L. **Docência na Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PRIETO, R. G. **Políticas da inclusão**: Compromisso do poder público, da escola e dos professores. [S. l.: s. n.], 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: Ed W.V.A, 1997.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **Elementos de Pedagogia da Leitura**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.

SOARES, Magda Becker. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2002.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Ed. Artmed, 1998.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: ED. W.V.A, 1997.